GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE PARQUES URBANOS

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Orientação do Núcleo de Lazer Maria Cristina Hellmeister de Abreu e Núcleo de Lazer Itaim Biacica.

Realizada aos nove dias de outubro de 2026 às dez horas e iniciada após a segunda chamada, às dez horas e quinze minutos, no salão multiuso do Núcleo de Lazer Itaim Biacica, na Estrada do Biacica nº 756, Vila Seabra-SP. Estiveram presentes, representando a SEMIL, Regis Ferreira Neri, Presidente do Conselho. Participaram também os seguintes membros do Conselho: Luiz Henrique Gonçalves Nickel (Instituto Alana), Lidjane Ferreira da Silva Machado (Clube da Comunidade Jardim Helena – CDC) e Sonia Maria Ferreira (Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal e Adjacências). Como convidados, estiveram presentes Reginaldo José Silva e Antônio Rodrigues da Silva. Os presentes reuniram-se para discutir os seguintes assuntos: Comunicações da Diretoria de Parques Urbanos. Em seguida, o Presidente abriu espaço para que os conselheiros apresentassem assuntos de interesse para discussão, esclarecendo que a reunião estava aberta à manifestação dos presentes e à apresentação de propostas e deliberações. Na ocasião, comunicou que a Unidade Básica de Saúde (UBS) deixará de atender nas dependências do Parque Maria Cristina no dia quatorze de outubro. Diante da informação, Luiz questionou se já havia alguma definição quanto a destinação dos blocos atualmente ocupados pela UBS e quais seriam os planos da administração para utilização desses espaços. Em resposta, Regis esclareceu que, até o momento, não havia nenhuma definição oficial a respeito da destinação dos referidos espaços. Luiz acrescentou que, anteriormente, havia cogitada a possibilidade de implantação de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no local e informou que já havia conversado com a Secretaria Municipal da Saúde para tratar dessa demanda. Por fim, ressaltou a importância de unir esforços e articular junto aos órgãos competentes a fim de viabilizar a continuidade de alguma atividade voltada à área da saúde nas dependências do Parque, considerando a expressiva demanda da região, uma vez que o Distrito do Jardim Helena possui uma população estimada em

aproximadamente 130 mil habitantes. Na sequência, Luiz questionou se a desocupação da UBS estava prevista no contrato de concessão do Parque. Em resposta, Regis informou que, durante uma visita institucional ao Parque, foi esclarecido que a escola permaneceria em funcionamento nas dependências do local, enquanto a UBS teria um prazo determinado para desocupar o espaço, não estando prevista sua permanência. Sonia manifestou preocupação com a desocupação do espaço e sugeriu que, se possível, fosse definida uma nova destinação para as instalações antes da saída da UBS. Ressaltou que os espaços fechados e sem utilização poderiam favorecer a ocorrência de atos de vandalismo, roubos e furtos, comprometendo a segurança e a conservação do patrimônio público. Em seguida, foi realizada uma votação entre os conselheiros presentes, que manifestaram, por unanimidade, apoio à continuidade de serviços voltados à área da saúde nas dependências do Parque. Os participantes destacaram a relevância da UBS para a população, especialmente pela facilidade de acesso aos atendimentos. Ressaltaram, ainda, que a manutenção de um serviço dessa natureza poderia contribuir para reduzir a sobrecarga da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e da UBS do Jardim Helena, além de ampliar e melhorar a assistência oferecida aos moradores da região. Na sequência, Luiz retomou o questionamento sobre os encaminhamentos e o retorno da reunião realizada com a SEMIL. Regis esclareceu que, conforme informado na reunião anterior, havia sido realizada uma visita técnica com a participação de um engenheiro, com o objetivo de avaliar as demandas apresentadas pelos conselheiros, especialmente a questão dos alagamentos no Parque. Informou que a visita teve como finalidade identificar possíveis soluções para o problema, considerando o período e as condições em que o Parque permanece alagado. Posteriormente, Reginaldo questionou os motivos pelos quais os quiosques do Parque estavam sem fornecimento de energia elétrica. Regis explicou que a medida foi adotada em decorrência de episódios de depredação e vandalismo registrados nesses espaços. Esclareceu que, considerando que os quiosques são utilizados predominantemente durante o período diurno e que, nessas condições, não há necessidade de utilização de energia elétrica para seu funcionamento, optou-se pela desativação da iluminação e das tomadas como medida preventiva, visando reduzir os riscos de danos ao patrimônio público. Por fim, Regis acrescentou que, até aquele momento, não haviam sido registradas reclamações por parte dos visitantes em relação à medida adotada. Nada mais havendo a tratar a reunião é encerrada e determinada lavratura desta ata.